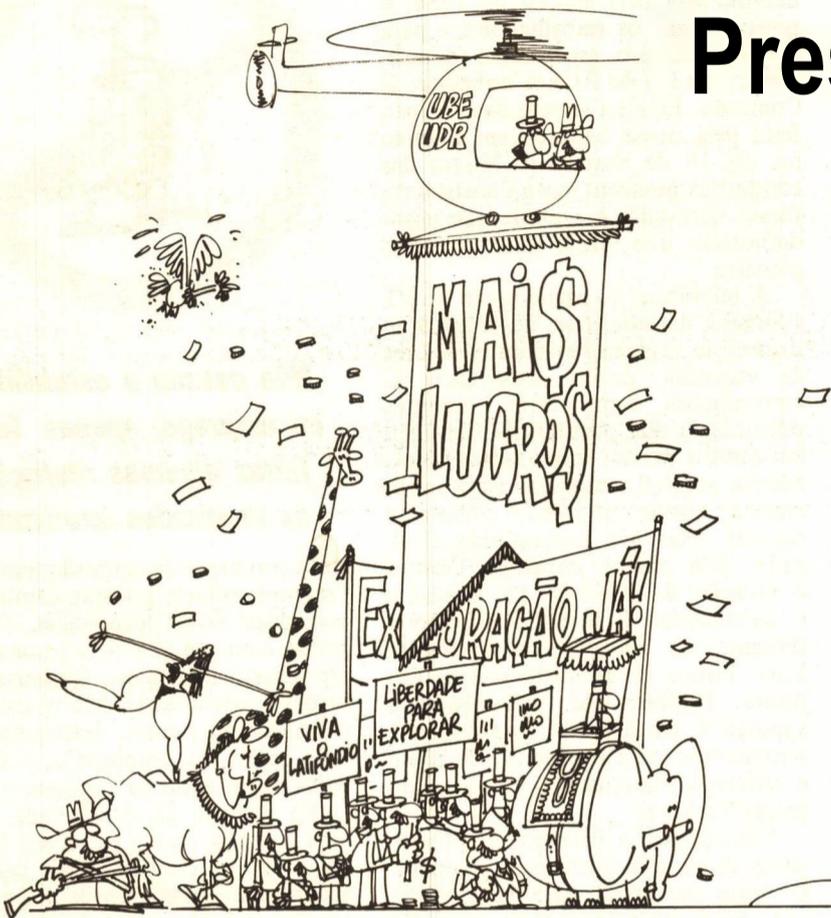


Na luta da **PT** Constituinte

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Brasília, 26 de novembro de 1987 — Nº 5

Pressão patronal ameaça golpear avanços sociais



A Constituinte tornou-se, nas últimas semanas, alvo de ataque maciço por parte da articulação envolvendo setores do empresariado, da grande imprensa e parlamentares conservadores da própria Constituinte. O objetivo é derrubar os pequenos avanços sociais e democráticos aprovados até agora, sobretudo nos direitos dos trabalhadores.

Nesta guerra suja, o grupo auto-denominado “centrão” atua na frente interna, através de uma manobra regimental que permitiu uma ampla alteração do anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização. A idéia surgiu do Palácio do Planalto, de onde partiram estímulos e um projeto global de Constituição para a articulação do “centrão”. Na frente externa, a UBE (União Brasileira de Empresários) e a UDR partem para a ofensiva reunindo como munição milhões de dólares, enquanto órgãos da grande imprensa fazem sua parte tentando desmoralizar e desa-

creditar a Constituinte perante a opinião pública.

A investida visa a eliminar, entre outras conquistas, as restrições contra demissões imotivadas, o pagamento da hora extra em dobro, a prescrição dos direitos do trabalhador dois anos após o fim do contrato, a licença de 120 dias para a trabalhadora gestante, a redução da jornada de trabalho para 44 horas, a redução de 8 para 6 horas de trabalho dos turnos de revezamento em empresas que trabalham ininterruptamente. A investida conservadora também fere a soberania da Constituinte, pois, embora todos tenham direito de exercer pressão para defender seus interesses, as formas adotadas por eles são absolutamente ilegítimas.

É ilegítima a alteração das regras no meio do jogo para favorecer uma das partes, como fez o “centrão”. Os articuladores desse grupo reuniram, num requerimento à Mesa para alterar o regimento interno, assinaturas da maioria da Constituinte. Ora, se uma lista de assinaturas fosse suficiente para aprovar qualquer coisa sem discussão, seria desnecessário to-

do o processo constituinte. Bastaria enviar pelo Correio um projeto assinado pela metade mais um dos constituintes para se transformar em Constituição.

Assinaram a lista do “centrão” desde defensores do “capitalismo selvagem”, que querem anular os direitos sociais; governistas fisiológicos, desejosos de um presidencialismo imperial ou mesmo um tipo de parlamentarismo que garanta a permanência de Sarney no poder até 1989; até parlamentares simplesmente inconformados por não terem suas propostas aprovadas pela Comissão de Sistematização.

É igualmente ilegítimo o modo abusivo pelo qual setores mais reacionários da burguesia querem “influir” na Constituinte. A UDR culminou sua série de leilões pelo País com o “maior leilão do mundo” — segundo proclamou o presidente da entidade —, durante três dias, na Granja do Torto, em Brasília. Empresários reúnem recursos que, segundo apurou a revista *Istó É*, chegam a 500 milhões de dólares. O que pretendem com tanto dinheiro, senão subornar

senadores e deputados constituintes? Este dinheiro não seria melhor aplicado pelos empresários na melhoria das condições de trabalho de seus empregados?

Esta é também uma guerra de propaganda. Através dos amplos espaços de que dispõem nos meios de comunicação, os grandes empresários tentam passar a idéia de que os direitos dos trabalhadores aprovados são “socializantes”, e irão inviabilizar a atividade produtiva. A UBE contratou milionária campanha na televisão e em outros veículos contra a estabilidade no emprego, e está convocando o empresariado a “agir”.

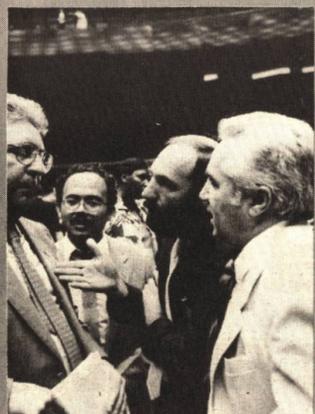
A ofensiva da direita às vésperas das votações finais da Constituinte, além de dificultar a conquista de novos direitos, põe em risco tudo de positivo que já foi aprovado. A responsabilidade de contrapor-se à ameaça sobre os direitos da população é de todos os partidos, entidades sindicais e populares. E o momento de organizar o “esforço concentrado” de mobilização em todo o país é agora.

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR-47-331/86

As decisões da Sistematização e a atuação do PT

Zelo aqui algumas das principais medidas aprovadas pela Comissão e como nosso partido se posicionou nas várias votações



UM MILHÃO DE BOLETINS - No esforço de mobilização dos trabalhadores pelas reivindicações populares à Constituinte, a Direção Nacional do PT decidiu imprimir um milhão de exemplares de um boletim tamanho tablóide, com duas páginas, que está sendo distribuído por todo o País. Em linguagem acessível, o PT Constituinte

Urgente aponta a situação de algumas das questões mais importantes e esclarece a posição do PT a respeito delas. Na abertura do jornal, o presidente do PT, companheiro Lula, analisa a conjuntura e conclama a população no sentido de assumir papel ativo na definição dos rumos do País.



DEMISSÃO - Ao denunciar a tribuna da Constituinte as 12 mil demissões promovidas desde o início do ano pela Autoiatina (holding que congrega a Volkswagen e a Ford), Lula chamou a atenção do plenário para um exemplo vivo da injustiça das demissões imotivadas. Sentado na cadeira da Liderança do PT estava o operário Cicero José dos Santos, que é cego e tem três filhos. Depois de trabalhar 17 anos na Ford, onde foi considerado trabalhador exemplar, Cicero foi demitido. Lula citou no discurso dados do DIEESE segundo os quais, de março de 86 a setembro de 87 os automóveis da Autoiatina subiram 437%, o salário dos trabalhadores foi reajustado em apenas 218%, enquanto o custo de vida aumentou 401%.



PERGUNTAS IMPORTANTES

Diante da irresponsabilidade do governo também em relação à questão nuclear, evidenciada pelo acidente com a cápsula de césio-137 em Goiânia, o deputado Vítor Buaiç (PT-ES) apresentou requerimento solicitando à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN - respostas para as seguintes perguntas: 1 - Quantas e quais as fontes de material radioativo existem em cada Estado, Território e no Distrito Federal? 2 - De que forma a CNEN acompanha e fiscaliza a utilização dessas fontes no País? 3 - Existem técnicos do órgão exercendo a fiscalização em cada unidade da federação? Vítor considerava que a nova Constituição deve prever rígido controle pelo poder público das atividades com a energia nuclear.

PRESSÃO SINDICAL - A presença ativa de dirigentes do movimento sindical (na foto, o presidente da CUT, Jair Mengelli em Brasília durante a votação dos direitos sociais na Comissão de Sistematização) teve peso determinante na aprovação de alguns avanços. Embora os progressos sejam mínimos, os empresários pretendem derrubá-los a qualquer custo nas votações do plenário. Para impedir que o retrocesso vire lei contra os trabalhadores, a CUT e dezenas de outras entidades formaram a Plenária Nacional de Entidades Sindicais, Populares e Democráticas, que tem reunião marcada para o dia 3 de dezembro no Auditório Petrônio Portela, do Congresso Nacional. A reunião discutirá a atuação conjunta para garantir que os direitos da maioria da sociedade sejam aprovados pelo plenário da Constituinte.



PAPEL DESTACADO - A participação do PT na Comissão de Sistematização - que tem 93 membros efetivos - foi numericamente reduzida, com dois membros titulares (Lula e Plínio Arruda Sampaio) e um suplente (José Genoíno), mas não impediu que nossa bancada desempenhasse papel destacado nessa fase da Constituinte. Atuando coletivamente, nossos representantes polarizaram grande parte das posições progressistas, com presença constante e muitas vezes decisiva nas articulações, debates e votações. Os constituintes que não são membros da Comissão também atuaram, principalmente nas articulações que permitiram a aprovação de importantes avanços na Sistematização.

O balanço geral do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, considerando a correlação de forças determinada pela eleição de 1986, é positivo para os trabalhadores e para o povo brasileiro, assim como foi positiva a atuação do PT nos trabalhos da Comissão. Esta é a síntese da avaliação feita pela nossa bancada em reunião no dia 18 de novembro. Muitas das conquistas possíveis nesta Constituinte foram aprovadas e, embora não sejam definitivas, irão influir na votação do plenário.

A relevância da participação do PT consistiu na iniciativa de articular e manter as negociações com os setores de esquerda, dando consistência às conversações com outras correntes políticas, o que possibilitou o avanço em muitos pontos importantes. Onde não foi possível vencer, marcamos com clareza nossas posições, embora a maioria delas não tenham sido divulgadas pela grande imprensa. Quanto à atuação de plenário, foi marcante e reconhecido o trabalho dos representantes da bancada na Comissão: Lula, Plínio A. Sampaio e José Genoíno. Também foi fundamental o suporte à participação popular, que sempre teve no PT o ponto de apoio e referência na atuação junto ao Congresso Nacional.

Começamos o balanço do projeto pelos direitos individuais e coletivos. O texto produzido pela Sistematização, nesse item, é o mais avançado que o Brasil já teve. A discriminação de qualquer natureza será considerada crime inafiançável, a tortura crime imprescritível, e a censura deixa de existir, substituído uma classificação meramente indicativa para os produtos culturais. Foi introduzido o mandato de segurança coletivo e o habeas data (que permite a toda pessoa o acesso às informações relativas a si própria existentes em órgãos públicos). O PT cumpriu importante papel na obtenção de todos estes avanços. Muitos deles, por sinal, constam do projeto de Constituição do PT. É o caso do fim da censura aprovada com a emenda do deputado José Genoíno (PT-SP).

Nos direitos sociais também houve avanços significativos e conseguimos aprovar várias propostas do PT. Contudo, muitas reivindicações da classe trabalhadora não foram acolhidas. O princípio da estabilidade no emprego, por exemplo, não foi aprovado, mas



Não passou a estabilidade no emprego, apenas foram feitas algumas restrições às demissões imotivadas

sim a proibição da demissão imotivada. Os empregadores poderão demitir para introduzir novas tecnologias, e as empresas com até dez empregados poderão demitir livremente. Há outras limitações à estabilidade. São os casos dos contratos por tempo determinado, de falta grave do empregado, e dificuldades econômicas da empresa.

Na votação da estabilidade, houve uma pressão muito forte dos grupos de centro e centro-esquerda para que aceitássemos uma emenda que remetia toda a questão à legislação. Diziam que, do contrário, acabaria sendo aprovada a pior proposta, que pretendia trocar a estabilidade por indenizações (como se estas pudessem compensar a negação do direito ao trabalho). O PT resistiu à pressão, e lutou pela manutenção do texto que restringia a demissão imotivada, já que a estabilidade como desejávamos estava sem qualquer chance de aprovação. Essa postura do PT foi decisiva para que, finalmente, prevalecessem na Sistematização as restrições às demissões.

Também foi aprovada a jornada máxima de 44 horas semanais, que avança em relação às 48 horas vigentes, mas é ainda muito longa, superior à de vários países da América Latina. O PT lutou e continuará lutando no plenário por uma jornada de 40 horas.

O trabalhador rural passa a ter os mesmos direitos do trabalhador urbano, o que constituiu um avanço considerável. O PT, através principalmen-

te do deputado Paulo Paim, lutou por isso desde as primeiras fases da Constituinte. As horas extras serão pagas em dobro e a licença das trabalhadoras gestantes foi ampliada de 84 para 120 dias, graças a aprovação de emenda da deputada Irma Passoni (PT-SP).

Igualmente importante foi a aprovação de proposta de Paulo Paim sobre a prescrição das causas trabalhistas. Atualmente, essas causas prescrevem em dois anos, contados a partir do momento em que o trabalhador é lesado em seus direitos. Isso significa que quem trabalhou 20 anos em uma empresa, sendo lesado durante todo esse tempo, só pode reclamar, ao sair da empresa, o que perdeu nos dois últimos anos. O resto está prescrito. Normalmente, o trabalhador, com medo de perder o emprego, só recorre à Justiça quando não tem mais vínculo empregatício, e a consequência é que ele acaba não sendo ressarcido. Se o plenário mantiver a proposta, a prescrição só se dará dois anos após a rescisão do contrato de trabalho, garantindo ao trabalhador a possibilidade de obter indenização plena do que lhe foi tirado.

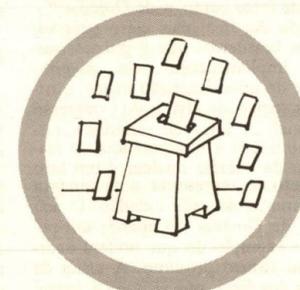
No campo da atividade sindical, a Comissão de Sistematização avançou consideravelmente no que diz respeito à autonomia dos sindicatos. Ficou vedada a intervenção do Estado, e os sindicatos, para se formarem, não precisarão mais de autorização do poder público. Entretanto, foi mantido o princípio da unicidade sindical, além do atual sistema confederativo, vigentes no Brasil desde a ditadura do Estado Novo. O direito de greve foi reconhecido pela Sistematização, que rejeitou as restrições propostas para setores considerados essenciais. Os servidores públicos têm reconhecido, finalmente, o direito de sindicalizarem-se e o direito de greve. E os sindicatos poderão ser substitutivos processuais do trabalhador, isto é, poderão ingressar na Justiça do Trabalho em nome de qualquer trabalhador de sua base.

Os avanços obtidos nos direitos dos trabalhadores foram fruto de uma bem sucedida articulação das forças de esquerda presentes na Sistematização,

bem como da atuação competente de direções do movimento sindical. O PT participou ativamente da articulação política desde o início, juntamente com o PDT, o PC do B, PCB, PSB e o MUP, que é a dissidência de esquerda do PMDB.

No capítulo dos direitos políticos, o maior avanço foi a conquista do voto facultativo para os maiores de 16 anos de idade, integrando assim a juventude no processo político. O capítulo referente aos partidos políticos ficou com uma redação democrática, tendo sido inclusive excluída a exigência de índices mínimos de votação. A lacuna na questão eleitoral ficou por conta da ausência de mecanismos de defesa contra a fraude eleitoral e o abuso do poder econômico nas eleições.

A grande decisão, na área política, foi a vitória do mandato de quatro anos para Sarney, o que implica, se a decisão for referendada pelo plená-



Na maior derrota de Sarney, foram aprovadas as eleições diretas para presidente no ano que vem

rio, na realização de eleições presidenciais diretas no ano que vem. O PT continua batalhando, agora, por eleições também para o Congresso Nacional, que foram rejeitadas pela Sistematização.

A Sistematização aprovou a adoção do regime parlamentarista, que, caso confirmado, entra em vigor já no próximo dia 15 de março. O PT tem posição presidencialista, e foi derrotado nesta questão. Houve, porém, uma importante vitória para o conjunto das forças progressistas: a Comissão aprovou a manutenção do voto proporcional para a eleição dos deputados, derrubando a tese reacionária do voto distrital.

Fomos derrotados também com a criação do Conselho de Defesa, organismo que veio substituir o atual Conselho de Segurança Nacional. Outro instrumento autoritário aprovado pela Sistematização foi o Estado de Defesa, o qual incorpora os atuais estado de emergência e as medidas de emergência, que por sua vez nasceram em substituição ao AI-5. Todos



PT ficou de fora do "acordão" que derrubou a imissão de posse, inviabilizando a R. Agrária Já

esses instrumentos dão ao governo poderes incompatíveis com a democracia.

O papel atribuído às Forças Armadas é o mesmo da Constituição imposta pela ditadura militar em 1967. Conforme o projeto, as Forças Armadas poderão intervir para manter a lei e a ordem internas no país. O PT, evidentemente, foi voto vencido, ao defender a tese de que as Forças Armadas destinam-se exclusivamente à defesa externa do país.

No título referente à ordem econômica, a maior novidade foi a de restringir exclusivamente às empresas nacionais a mineração do subsolo brasileiro. Outra decisão positiva foi a reserva às empresas nacionais da distribuição comercial de derivados do petróleo e gás. Essas decisões representam a garantia da soberania nacional em setores importantes.

O direito à propriedade e a livre concorrência — postulados teóricos do capitalismo — foram mantidos como princípios básicos da ordem econômica do país. Não esperávamos que fosse diferente, pois todos sabemos que a maioria da Constituinte é comprometida com o regime capitalista. O PT marcou sua posição através de emenda do líder da bancada, Luís Inácio Lula da Silva, que amplia a garantia do direito à propriedade quando se trata de bens de uso pessoal e familiar, tornando suscetível de desapropriação por utilidade pública e interesse social os bens de produção e de uso especulativo. A emenda foi rejeitada.

Em relação à reforma agrária, houve um grande acordo no sentido de remeter à posterior legislação complementar e ordinária a forma do procedimento judicial de desapropriação por interesse social. O PT, através do deputado Plínio Arruda Sampaio, se opôs firmemente ao "acordão". Plínio argumentou que, sem a definição do prazo da imissão de posse pela Constituinte, a realização imediata da reforma agrária estaria comprometida. O PT considera a reforma agrária prio-

ridade absoluta, e por isso recusou-se a participar do acordo que irá adiá-la mais uma vez.

Portanto, na reforma agrária, perdemos o essencial. Em todo caso, houve algumas decisões positivas. Contra a vontade da UDR, a Sistematização decidiu que o direito de propriedade rural fica condicionado ao cumprimento de sua função social. Decidiu também que as terras produtivas que não cumpram devidamente a função social poderão ser desapropriadas, e não apenas as terras improdutivas. Emenda elaborada pela articulação de esquerda e apresentada pelo deputado Plínio Sampaio, prevê a revisão de todas as doações, vendas e concessões de terras públicas desde 1962.

Em relação à saúde, foi aprovado O Sistema Único de Saúde, e as verbas públicas não poderão ser destinadas a empresas privadas do setor com fins lucrativos. Estas propostas constavam do projeto de Constituição do PT. Entretanto, foi retirado do projeto da Comissão a proposta do PT, defendida pelo deputado Eduardo Jorge, de monopólio do setor público na importação de equipamentos médicos, medicamentos e matérias-primas farmacêuticas.

Não foi aprovada a proposta apresentada pelo deputado Florestan Fernandes (PT-SP) que destina as verbas públicas para a Educação exclusivamente às escolas públicas. Conforme ficou aprovado, as verbas poderão ir também para estabelecimentos filantrópicos e religiosos. O avanço neste caso ficou na rejeição de emenda que permitia a destinação de verbas públicas a escolas particulares com fins lucrativos. Por outro lado, foi aprovada a autonomia universitária, além da ampliação para 18% do orçamento da União e 25% do orçamento dos Estados e Municípios para a Educação.

Na área da previdência social, passou a aposentadoria integral com seu valor real preservado. Para os homens, ela será aos 35 anos de serviço, e para as mulheres aos 30 anos, podendo os homens requerer aposentadoria proporcional aos 30 anos e as mulheres aos 25 anos de serviço. Também foi instituída a contribuição previdenciária sobre o faturamento das empresas, medida de justiça econômica, que vai estimular o emprego e gerar mais recursos para a previdência social.

Para cumprir os prazos determinados, a Comissão de Sistematização deixou de apreciar matérias importantes, onde se faz necessário rever o texto que ficou prevalecendo, que é o do anteprojeto Cabral 2. Temas como ciência, tecnologia, comunicação, meio ambiente, os direitos da família, do menor e do idoso ficaram de fora do debate na Sistematização.

Por fim, é preciso frisar que nada ainda é definitivo. Para garantir a manutenção dos avanços conquistados e avançar mais onde o projeto não atende às aspirações da classe trabalhadora, é fundamental organizarmos uma grande mobilização popular.

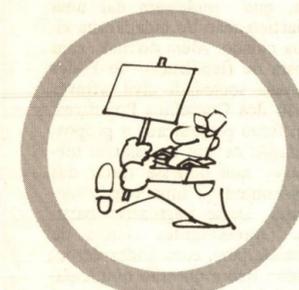
Constituinte

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Congresso Constituinte.
Tiragem: 20.000 exemplares. Elaborado pela Assessoria de Comunicação da Liderança do PT.
Texto e edição: Márcio Araújo e Luiz Cláudio Pinheiro
Diagramação: Licurgo Botelho
Ilustração: Oscar
Distribuição: Secretaria Nacional de Organização - PT
Impressão: CEGRAF
Endereço: Liderança do PT, Câmara dos Deputados, Pç. dos Três Poderes CEP 70.160 - Brasília-DF

BANCADA DO PT NA CONSTITUINTE

LIDERANÇA DO PT					
TEL.: (061) 213-5172 - (061) 213-5173 - (061) 224-1669					
DEPUTADOS	GABINETE	TELEFONE	DEPUTADOS	GABINETE	TELEFONE
Benedita da Silva/RJ	360	(061) 213-5360	Luis Inácio Lula da Silva/SP	825	(061) 213-5825
Eduardo Jorge/SP	382	(061) 213-5382	Olivio Dutra/RS	372	(061) 213-5372
Florestan Fernandes	585	(061) 213-5585	Paulo Delgado/MG	373	(061) 213-5373
Gumerindo Milhomem/SP	371	(061) 213-5371	Paulo Paim/RS	471	(061) 213-5471
Irma Passoni/SP	237	(061) 213-5237	Plínio de Arruda Sampaio/SP	627	(061) 213-5627
João Paulo Pires/MG	384	(061) 213-5384	Virgílio Guimarães/MG	376	(061) 213-5376
José Genoíno/SP	375	(061) 213-5375	Vitor Buaiç/ES	275	(061) 213-5275
Luis Gushikern/SP	374	(061) 213-5374	Vladimir Palmeira/RJ	379	(061) 213-5379

Endereço: Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF - CEP 70.160
Para escrever aos deputados do PT, acrescente o nome e número do gabinete.



A Comissão aprovou o pleno direito de greve, inclusive para os funcionários públicos

**PAULO
PAIM**

Vice-presidente da CUT, o deputado Paulo Paim (PT-RS), fala das conquistas e da tática do PT na defesa dos direitos sociais



"Lutamos para passar as melhores propostas"

Como você avalia o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização no tocante aos direitos dos trabalhadores?

Considerando a correlação de forças na Constituinte, conseguimos avanços importantes, que vinham sendo obtidos desde a fase das subcomissões. O Cabral 2 cortou a maioria deles, mas, na Sistematização, incluímos quase tudo de novo,

Como isso foi possível?

O PT teve um trabalho articulado com outros forças progressistas. Foram fundamentais também as emendas populares, que fortaleceram nossas posições com mais de 13 milhões de assinaturas. Nossa postura sempre foi a de lutar para que as melhores propostas passassem. O melhor exemplo disso se deu na questão da estabilidade. O companheiro Lula defendeu com muita firmeza a proposta de estabilidade aprovada na Comissão da Ordem Social. Infelizmente, ela foi rejeitada. Fizemos então a defesa da estabilidade proposta na emenda popular coordenada pela CUT, CGT, DIAP e outras entidades. Acreditamos que nossa argumentação, complementando a do Lula, sensibilizou os membros da Sistematização. Nesse momento, o relator Bernardo Cabral pediu que retirássemos essa emenda, em favor do texto do substitutivo, que tinha semelhanças com a nossa proposta e estava sendo fervorosamente combatido pelos setores mais conservadores. Aceitamos o pedido, e com esse gesto conseguimos adesão suficiente para aprovar a proibição da demissão imotivada, derrotando a proposta dos empresários do Rio Grande do Sul, que era contra qualquer princípio de estabilidade.

E a não prescrição das causas trabalhistas?

Essa luta o PT trouxe desde a fase das subcomissões, apesar do descrédito de outros setores progressistas.

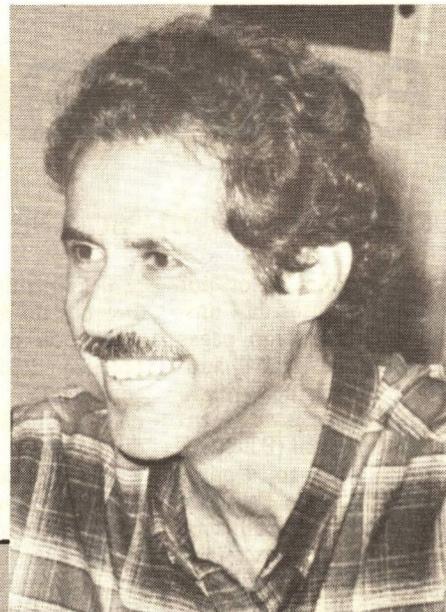
Acabamos conseguindo a aprovação da Sistematização. Essa é uma medida que resgata uma imensa dívida que os empregadores têm para com a classe trabalhadora. Hoje, a lei só manda pagar causas de até dois anos atrás, quando muitas vezes o patrão ignorou nossos direitos por 10,15 ou 20 anos. Com a não prescrição, terá que ser pago todo o retroativo, desde o início do contrato de trabalho.

Como você vê a aprovação da igualdade de direitos entre os trabalhadores urbanos e rurais?

Com uma emenda do PT, aprovamos a igualdade na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e na Comissão da Ordem Social. O Cabral 2 eliminou a conquista, mas, com nosso pedido de destaque, voltamos a incluí-la na Sistematização. Houve outras questões onde a ação da CUT e do PT foi decisiva. Por exemplo, numa reunião com o relator, conseguimos dele a inclusão de um item que permite aos sindicatos serem substitutos processuais do trabalhador, e a exclusão do limite de idade para a aposentadoria. O direito de greve ficou assegurado. Na questão sindical também houve avanços, embora não como o PT desejava. Um dos avanços é a possibilidade de sindicatos da mesma categoria, de cidades vizinhas, se fundirem, fortalecendo a classe trabalhadora. Outro é que toda contribuição decidida em assembléia sindical, para manter o sindicato, terá que ser descontada em folha pelos patrões - o que não existe hoje. Ficou vedada a intervenção do Estado nas entidades sindicais. Mas é preciso deixar claro que estes avanços ainda dependem do plenário, onde os setores conservadores tentarão de qualquer maneira derrubá-los. O movimento sindical deve se contrapor pressionando os constituintes para que votem com a classe trabalhadora, e denunciando em praça pública os que votarem contra.

**VITOR
BUAIZ**

Médico e defensor do meio ambiente, o deputado Vítor Buaiz (PT-ES) teme que acidentes como o de Goiânia se repitam no país



"Falta responsabilidade na política nuclear"

A questão da segurança nuclear está em evidência. O que se pode fazer para evitar a repetição de fatos como o de Goiânia?

Cada dia fica mais claro para todos os brasileiros que a política nuclear implementada pelo governo carece de uma discussão maior, a nível da sociedade civil e do Congresso Nacional. A falta de seriedade, responsabilidade e competência no manuseio da energia nuclear é um fato concreto, e representa uma ameaça à segurança de cada cidadão. O acidente de Goiânia foi apenas um pequeno exemplo do que poderá ocorrer em futuro próximo. A usina de Angra dos Reis, que visitamos, juntamente com a subcomissão do Meio Ambiente, é uma ameaça constante. Até hoje não se sabe o que fazer com o lixo atômico. Por mais que o governo negue, a intenção é o fabrico da bomba atômica, com fins bélicos. Ou nós suspendemos imediatamente esse processo e abrimos um amplo debate nacional a respeito, ou o país caminhará por rumos desconhecidos com consequências imprevisíveis.

A nível da Constituinte o que pode ser feito?

A subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente aprovou uma proposta das entidades ambientalistas e da SBPC, determinando que a instalação e o funcionamento de reatores nucleares dependerá de prévia autorização do Congresso Nacional, e que as demais atividades nucleares serão exercidas mediante controle do Poder Público. Além disso, a importação, pesquisa, fabricação, armazenamento e transporte de artefatos bélicos nucleares. Infelizmente, esses artigos foram derrubados na comissão da Ordem Social. O substitutivo Cabral 2 apenas inclui, entre as competências da União, um item que dispõe sobre a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional de toda atividade nuclear. No plenário, vamos lutar para melhorar o texto, defendendo, entre outras medidas, que a

instalação de reatores nucleares e de indústrias poluentes dependa sempre da aprovação da população local, mediante plebiscito.

E em termos gerais, como se pode defender o meio ambiente?

Nossas matas e rios estão sendo destruídos, o ar atmosférico está cada vez mais poluído, as doenças respiratórias aumentam, e no entanto os verdadeiros assassinos do meio ambiente continuam impunes. A legislação atual prevê multas simbólicas, advertências, e até mesmo o embargo das empresas responsáveis por estes atos. O Poder Público, porém, permanece omissivo, ou, quando muito, faz alguma advertência. A nossa proposta é que sejam criados tribunais específicos para julgar os crimes ecológicos e punir rigorosamente os infratores, (como única forma de evitar a continuidade dessa situação. Uma outra medida importante seria a implantação, nas escolas de 19 e 29 graus, de uma disciplina obrigatória que contribuísse para criar uma consciência ecológica entre as crianças.

Gomo foi a atuação da subcomissão dos municípios?

Não tivemos nela avanços significativos, que pudessem dar uma maior participação do cidadão na vida da sua cidade. Além do mais, caiu a proposta de fiscalização do Poder Público pela sociedade civil, através da criação dos Conselhos Populares. Também ficou prejudicada a proposta de criação de um Legislativo metropolitano, que pudesse tratar das questões comuns a uma região metropolitana. Desse Legislativo participariam representantes eleitos de vários municípios, com poder de decisão. Acho que a questão municipalista ficou bastante prejudicada até aqui na Constituinte, o que não impede que possamos resgatar os pontos fundamentais na discussão em plenário.